

Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética

Marília Sotero

Resumo Este artigo apresenta resultado de pesquisa qualitativa empreendida com moradores de rua no Distrito Federal, em 2009, relacionando suas condições de vida ao conceito de vulnerabilidade e vulneração tal como concebido pela bioética. Descreve aspectos do cotidiano desse grupo, elencando fatores condicionantes da vulnerabilidade relacionados à precariedade de sua existência, como fome, ausência de moradia e infraestrutura, dificuldade para obtenção de documentos, além da acentuada suscetibilidade à violência por parte dos agentes do Estado, bem como pela população em geral. Conclui que a exposição constante a tais fatores torna esse grupo não apenas vulnerável, mas, de fato, vulnerado, reafirmando a pertinência desse conceito e incitando medidas protetoras por parte das instituições públicas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Geografia. Bioética. Proteção. Políticas públicas.



Marília Sotero

Geógrafa e licenciada em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB), aluna especial e bolsista do mestrado em Geociências Aplicadas do Instituto de Geociências da UnB, Brasília, Distrito Federal, Brasil

A população de rua vive em permanente estado de vulnerabilidade. São vulneráveis por não ter documentos e certidões, indispensáveis à cidadania. Vulneráveis por não possuir casa, dinheiro ou emprego fixo. São vulneráveis, enfim, por não terem acesso à educação e por encontrarem dificuldade até mesmo para receber cuidados de saúde. Esses fatores ampliam situações de violência, fome e medo que esse grupo vivencia em seu cotidiano.

A vulnerabilidade pessoal e social à qual esse grupo está exposto é percebida como uma falha nas políticas públicas desenhadas para promover a equidade e destinadas a suprimir distorções históricas. Os conflitos que emergem nas inter-relações entre a população de rua e os demais habitantes da cidade, bem como os travados entre eles e os poderes constituídos, mostram que ainda permanece fortemente enraizada a prática de culpabilização individual pela extrema miséria em que se encontram. Em decorrência, as dificuldades expe-

rimentadas por esse grupo crescem exponencialmente, pois além de enfrentar as barreiras impostas por sua história de vida precisam encarar também o preconceito, que não apenas diminui sua autoestima como interfere nas situações de interação social, tornando-se mais um empecilho à construção de sua cidadania.

Ante tal conjuntura este artigo apresenta os resultados de pesquisa qualitativa empreendida com a população de rua buscando apontar e analisar diversos fatores de vulnerabilidade desse grupo. Objetiva associar esses fatores a conceitos bioéticos, como vulnerabilidade e vulneração, mostrando que a existência da população de rua e sua permanência nesta situação é questão moral e ética e, portanto, tema candente para a discussão bioética.

Justifica-se que a problemática aqui apresentada seja matéria de bioética a partir da reflexão de Anjos: *este ângulo antropológico da vulnerabilidade como carência do outro, enfatiza a compreensão da vulnerabilidade como um clamor por ajuda* ¹. Portanto, o objetivo primeiro deste trabalho é amplificar, no meio acadêmico, a voz do grupo estudado em seu clamor por ajuda, que se observa em seu cotidiano e se manifesta claramente em sua fala.

Tal chamada para a reflexão bioética acerca desta problemática coaduna-se à proposta da bioética social, que pretende ampliar o campo de ação da disciplina para além das questões puramente de saúde: *la dimensión*

social del sufrimiento se refiere a poblaciones sumidas en la miséria, en la marginación ². Isto é o que propõe a *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*, que reconhece que *os indivíduos e grupos particularmente vulneráveis devem ser protegidos, e deve ser respeitada a integridade pessoal dos indivíduos em causa* ³. Espera-se, portanto, que este trabalho possa dar visibilidade aos problemas vivenciados por esse grupo, bem como estimular a construção de políticas públicas voltadas a corrigir essas distorções.

O conceito de vulnerabilidade

Comumente, vulnerabilidade é definida por seu sentido semântico, que deriva do latim *vulnus*, cujo significado é *ferida*. Assim, vulnerabilidade refere-se à possibilidade de ser ferido, englobando tanto o aspecto relacionado à dimensão física quanto o atinente à perspectiva social.

Inicialmente, em bioética, considerava-se vulnerabilidade apenas como a suscetibilidade de a pessoa ser ferida, própria de alguns modos de vida, populações e classes sociais específicas. Neves estabelece: *grupos de pessoas desprotegidas ou institucionalizadas como órfãos, prisioneiros, idosos e, mais tarde, judeus e outros grupos étnicos, considerados inferiores e mesmo subumanos pelos nazistas (...) São, sobretudo, estes grupos que vêm a ser classificados como vulneráveis, aos quais se juntaram, também, posteriormente, e em contextos mais ampliados, outras etnias minoritárias, grupos socialmente desfavorecidos e as mulheres* ⁴.

Como se observa, o termo vulnerabilidade era atribuído a todos aqueles que não se enquadravam no perfil dominante nas sociedades ocidentais: homem, branco, heterossexual e jovem, que até os dias atuais ainda pode ser considerado o grupo com maior *status* social/econômico – o que se reflete em seus maiores salários (mesmo em atividades iguais às das mulheres) e cargos de chefia.

Entretanto, o princípio de vulnerabilidade carrega duas significações distintas: uma geral, pretendendo correlacionar a vulnerabilidade a todos e a tudo aquilo que vive, entendendo que a morte é inexorável à vida; e uma específica, relacionando a vulnerabilidade a grupos específicos: mulheres, crianças e idosos. Neves ⁵ sintetiza essa dupla acepção da seguinte forma: [vulnerabilidade como] *função adjetivante, qualificadora de alguns grupos e pessoas (...) [e] como substantivo, descrevendo a realidade comum do homem; de característica contingente e provisória [função adjetivante], passa a condição universal e indelével [como substantivo]; de fator de diferenciação entre populações e indivíduos [adjetivante], passa a fator de igualdade entre todos [como substantivo]* ⁵.

Refletindo sobre tal diferença semântica, Schramm ⁶ aprofunda a distinção conceitual, passando a considerar que todos são suscetíveis a ser feridos em algum grau, bastando para isso estar vivos. Porém, para o autor, nem todos são suscetíveis na mesma intensidade, existindo disparidade nas formas e graus de suscetibilidade. Assim, é

estabelecida a distinção entre vulnerabilidade e vulneração.

Nas palavras de Schramm: *a aceitabilidade quase universal do termo vulnerabilidade por eticistas e bioeticistas parece indicar que o sentido do conceito vulnerabilidade seja algo evidente, o que – de fato – não é. De fato, vulnerabilidade é uma categoria sui generis que pode ser aplicada a qualquer ser vivo que, enquanto tal, pode ser ‘ferido’ (de acordo com o sentido da palavra latina vulnus), mas não necessariamente o será. Ou seja, a mera potencialidade inscrita no termo vulnerabilidade não pode ser confundida logicamente com aquilo que chamamos ‘vulneração’, de acordo com uma distinção já estabelecida por Aristóteles entre potência e ato* ⁷.

O entendimento da distinção entre potência e ato está, então, no cerne da reflexão para compreender os conceitos: vulnerabilidade (condições potenciais) e vulneração (condições concretas). Ainda sobre vulneração e vulnerabilidade, Kottow acrescenta: *La vulnerabilidad es condición universal de amenaza, no existindo la dicotomía vulnerable-no vulnerable; no es um estado de daño sino de fragilidad. Si alguien deja de ser vulnerable es porque se há vuelto vulnerado* ⁸.

Segundo Schramm, vulneração diz respeito à vulnerabilidade consubstanciada: *De fato, se todos são potencialmente (ou virtualmente?) vulneráveis enquanto seres vivos, nem todos são vulnerados concretamente*

devido a contingências como o pertencimento a uma determinada classe social, a uma determinada etnia, a um dos gêneros ou dependendo de suas condições de vida, inclusive seu estado de saúde. Em suma, parece razoável considerar mais correto distinguir a mera vulnerabilidade da efetiva “vulneração”, vendo a primeira como potencialidade e a segunda como uma situação de fato, pois isso tem consequências relevantes no momento da tomada de decisão ⁹.

No caso da população de rua que, de modo geral, vive a falta de escolaridade, atendimento médico, emprego e dinheiro, pode-se entender que a vulnerabilidade inerente à condição humana é intensificada e concretizada. Então se passa a identificar esse grupo como *vulnerado* e não mais como vulnerável, no sentido genérico e existencial extensivo a toda a humanidade. Mais adiante, nos tópicos de método e discussão, serão detalhados alguns aspectos de seu modo de vida, identificando os fatores que o tornam vulnerado, para demonstrar que constitui grupo em situação de vulneração que, por isso, faz jus a medidas protetoras especiais.

Método

A pesquisa de campo de natureza qualitativa e descritiva que originou as reflexões deste artigo foi realizada com moradores de áreas de ocupação de terras públicas na Asa Norte e zona central do Plano Piloto, em Brasília, Distrito Federal, entre os dias 2 de julho e 13 de agosto de 2009. O estudo foi empreendido com população de rua,

pessoas chamadas pela sociedade envolvente de “moradores de rua”. Foram entrevistadas 15 pessoas em quatro *acampamentos* localizados em áreas do Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal.

Na etapa inicial, anterior à saída de campo, foi realizado levantamento bibliográfico destinado a embasar a reflexão sobre o imaginário dos entrevistados, possibilitando tanto contextualizar elementos da origem de suas representações quanto fornecer critérios para agrupar as falas em categorias analíticas pertinentes.

Os dados foram coletados mediante duas técnicas. A primeira consistiu na aplicação de roteiro de entrevista estruturado, com perguntas voltadas a identificar o perfil do entrevistado por sexo, idade, tempo em Brasília, estado de origem, escolaridade e área de procedência (urbana ou rural); a segunda, entrevistas abertas com todos os participantes, gravadas e transcritas na íntegra, como elemento para análise e comparação das respostas. Foi verificada, ainda, a realidade objetiva dos locais de moradia dos entrevistados. Neste artigo, os entrevistados serão enumerados na ordem em que as entrevistas foram obtidas, sem qualquer identificação dos mesmos, a fim de não os expor, tornando-os, também por mais este motivo, vulnerados.

Resultados

Perfil

A maioria dos entrevistados é homem, tra-

balha como reciclador, está na faixa etária dos 30 anos e provém de áreas rurais da região Nordeste. Nos acampamentos também foram encontradas muitas crianças e mulheres, revelando que, embora provisórios, esses locais abrigam e reproduzem a vida familiar e comunitária.

Muitos dos entrevistados seguem um mesmo padrão: migraram há mais de vinte anos para o Distrito Federal. Somente um deles estava há apenas três meses, mas tinha antecedentes de migração para outra área urbana: São Paulo. Muitos deles, inclusive, têm moradia legal em Goiás, continuando, no entanto, a morar ou trabalhar na Capital por períodos relativamente longos (semanas, meses). O nível de escolaridade dos entrevistados, quando possuem alguma, é majoritariamente o fundamental – em grande parte, incompleto. Apenas um entrevistado informou ter nível médio incompleto.

Quatro entrevistados relataram ter nascido em cidades grandes e onze, em cidades pequenas. Embora aleguem origem urbana, todos relatam ter trabalhado no campo, “na roça” ou “na chibanca”, evidenciando a origem ou o padrão de socialização rural: “Trabalhava na roça. Plantava feijão, rançava feijão, batia feijão” (Entrevistado 4); “Trabalho braçal, mexendo com gado, lavoura” (Entrevistado 14). Até quem diz que viveu em uma capital, Belo Horizonte, conta que passava a maior parte do tempo trabalhando na lavoura: “Nós morávamos em Belo Horizonte, mas a gente tocava lavoura na roça e

passava mais tempo na roça. Não tinha colégio perto” (Entrevistado 2).

Discussão

A violência urbana, à qual todos os habitantes das cidades estão expostos, se estabelece diante dessas pessoas de forma muito mais explícita. Elas têm sua vida privada em lugares públicos, não sendo protegidas pela estrutura física de suas casas. A falta de paredes e teto, que demarcam o território individual e familiar, implica em dificuldades como a insegurança frente ao calor, frio, chuva, ataques de insetos, animais e pessoas, e o estorvo de resguardar bens ou objetos pessoais.

Outro fator intensificador da vulneração desse grupo é a falta de informação sobre essas pessoas. Apenas em 2009 ocorreu o primeiro censo e pesquisa nacional da população em situação de rua¹⁰. Tal fato demonstra o desinteresse e a carência de dados concretos que as instituições governamentais possuem. Todo esse desconhecimento do Estado, das autoridades que o representam e dos demais habitantes da cidade a respeito da população de rua torna esses indivíduos ainda mais desprotegidos. Os problemas que enfrentam oscilam entre a invisibilidade e o rechaço social.

A população de rua, em sua maioria, não é resguardada pelo documento básico da cidadania, o Registro Geral (RG). Como, em muitos casos, não existem sequer registros comprobatórios de seu nascimento e, além

disso, não possuem emprego formal ou propriedades, passam despercebidos pela vida, pois na sociedade atual são as certidões que asseguram formalmente a existência do indivíduo. Somados aos certificados de propriedade esses documentos estabelecem quais pessoas deverão ser (ou não) consideradas cidadãs.

Esses seres expostos às intempéries climáticas e sociais carecem de identidade formal a ponto de perderem, por isso, a identidade pessoal. Muitos entrevistados não possuem documentos e alguns deles relataram que já não recordavam sequer o próprio nome completo. Destituídos de proteção social, econômica e física, subsumidos na falta de informações e conhecimento a seu respeito, são facilmente violados, desrespeitados muitas vezes sob a própria tutela do Estado, com a máscara da caridade e paternalismo.

As políticas governamentais relacionadas à população de rua são basicamente voltadas para sua eliminação. As autoridades que deviam ampará-los pretendem, de fato, expulsá-los das áreas da cidade que ocupam ou, ao menos, subtraí-los do olhar do cidadão. Para isso, nas ações de fiscalização nas áreas públicas, levam seus poucos pertences, filhos, documentos, desmontam seus barracos precários, dificultando sua existência e intensificando ainda mais a situação de vulnerabilidade que lhes afeta, tornando-os efetivamente e cada vez mais vulnerados. Essa vulnerabilidade gerada pela falta de segurança – em ser e ter – é

identificada a seguir nos tópicos relacionados à alimentação, moradia, relações sociais e institucionais, relativos ao trabalho e identidade, bem como ao fato de não se perceberem vulnerados.

Vulnerados à fome

Para esse grupo o alimento é conseguido diariamente, sendo raramente estocado. Comprado, só quando conseguem trocar bastante material de reciclagem ou obtêm dinheiro de algum outro trabalho. Ganhado por outros moradores da cidade ou, ainda, achado no lixo, como ocorre grande parte das vezes: *“A gente não passa tão mal porque a lixeira, ela ajuda a gente bastante (...) porque na lixeira conquisto muitas coisas: feijão, arroz. Na lixeira muitas coisas a gente conquista. Tipo mesmo, carne. A gente não come carne. A gente come muxíba, porque tem os açougues, que as pessoas dá valor à gente. Eles dão valor mesmo. Eles ajudam”* (Entrevistado 4).

A alimentação essencialmente constituída de restos quase sempre é incapaz de nutrir o corpo de forma devida. Bourges, em verbete sobre fome e nutrição, afirma: *Así como la buena alimentación y la buena nutrición son pilares de la salud, las desviaciones alimentarias o las alteraciones en el resto de sus determinantes pueden producir mala nutrición y, en consecuencia, diversas enfermedades. Es un hecho que muchos de los padecimientos que más afligen hoy a la humanidad y que causan tasas de mortalidad elevadas, podrían evitarse o por lo menos retardarse mediante ciertos cuidados*

*alimentarios*¹¹. Essa carência nutricional gera debilidade no corpo e na mente, tornando-o mais vulnerável a doenças e, portanto, pode ser reconhecida como fator de vulneração nesse grupo, atinente à dimensão corporal.

Vulnerados na moradia

Como era de se esperar, todos os acampamentos são muito precários, transparecendo a marca da transitoriedade e instabilidade. Nenhum deles conta com a mínima infraestrutura básica, seja água, luz ou esgoto, apesar da proximidade a áreas urbanizadas.

As pessoas entrevistadas têm o solo público como local de moradia. As “paredes” de lona e papelão seccionam o público e o privado e delimitam a apropriação de parcelas diminutas do solo. Tais moradias são instáveis e bem mais frágeis aos elementos do clima – tais como a chuva e o vento. São também mais acessíveis e suscetíveis de invasão por parte de agentes públicos ou qualquer transeunte.

Os *acampamentos* de plástico são constituídos por moradias incertas, construídas pelos próprios moradores com restos que recolhem dos *containers* de lixo da cidade: papelões, pedaços de madeira, plásticos e papel. Nesses acampamentos havia muito lixo no chão onde as crianças brincavam: “*Tá sendo essa aventura pra nós, né, que nós aqui dorme de madrugada, os meninos brincam até meia noite... Aí, amanhece o dia matando rato e por aí se vai. Pra eles [crianças] é o quê? Uma aventura, né? É pra nós*

também” (Entrevistado 6). A insalubridade nos locais de moradia, o lixo e a dificuldade em manter uma higiene básica são outros fatores de sujeição dessas pessoas a doenças e mais um fator de vulneração.

A luz, quando existe, é a do poste público e a água é carregada de outros lugares em latões na cabeça ou nos carrinhos de madeira – os mesmos usados no transporte do material que coletam para reciclagem. Os barracos parecem ser bem pequenos, como barracas de *camping*, dando a ideia de que são utilizados principalmente como dormitório. Em cada um deles geralmente dormem o pai, a mãe e os filhos: “*Realmente, nesse barraquinho aqui mora eu, ela e nossos meninos*” (Entrevistado 4); “*Minha cama é aquela ali, uns papelões, plásticos e um edredon*” (Entrevistado 15).

Muitos desses barracos são agrupados em torno de fogões comunitários, improvisados com pedras, feitos no chão em lugar comum e mais ou menos equidistante das moradias. Seja comunitário ou individual, o local onde esses fogões são instalados lembra muito uma cozinha, porque, além do fogão, outros utensílios, como panelas e pratos, são arrançados sobre paus e pedras, simulando estantes ou armários. Nessas áreas externas, latas de tinta ou de outros tipos são usadas como bancos.

Não obstante considerarem as precárias barracas dos *acampamentos* como casa, permanece o sonho de um dia poder ter acesso e recursos para adquirir uma mo-

radia convencional: “*Eu mesmo queria estar morando em um apartamento desses ou talvez até mesmo em uma casa no chão mesmo, mas que fosse aqui mesmo no DF, que eu pudesse trabalhar, levar reciclagem para lá e vender e ter minha vida digna de cidadão... Mas para falar a verdade, não é como a gente quer, pra falar a verdade*” (Entrevistado 4).

Frémont ¹², ao tratar da relação do homem-habitante com o espaço habitado, tece considerações relevantes sobre o enraizamento e a importância da casa para o ser humano. Mesmo que seja apenas um esboço de casa precário, sem relação duradoura com o solo, cria a sensação de agrupamento, tranquilidade e abrigo. A relação íntima do homem com o espaço habitado é descrita pelo mesmo autor da seguinte forma: *É abrigo e lar (...) a casa participa intimamente na negação do tempo e da morte. Dá a segurança e a satisfação do enraizamento*. Portanto, o lar, além de ser proteção contra os elementos naturais e antrópicos, promove também segurança simbólica, relacionada à questão do pertencimento, que tranquiliza e acalma.

Por não ter essa segurança que o lar oferece, a população de rua está sujeita a um estado constante de vigília e preocupação. As aglomerações de barracos são uma forma de minimizar as agressões e situações de vulnerabilidade. É um modo de seccionar o espaço público do privado, ocupado por eles, delimitando a ação dos demais habitantes da cidade. É, em suma, uma tentativa de

estabelecer proteção física, mesmo que débil. A importância da moradia, do abrigo, é reconhecida até mesmo pelos animais, que as constroem quase que instintivamente. A negação dessa condição mínima para a vida é mais um fator de vulneração que particulariza esse grupo.

Vulnerados aos outros habitantes da cidade

A situação desfavorável a qual estão submetidos os brasileiros que vivem nas ruas propicia o surgimento de conflitos e confrontos constantes, tanto com os poderes públicos quanto com a sociedade civil. A desconfiança com que são percebidos e a aura de perigo que os envolve, por aparentar sujidade, estarem mal vestidos, não disporem de educação formal, bens ou recursos econômicos fortalece uma barreira de preconceito e discriminação difícil de superar. A respeito, Anjos adverte: *estas assimetrias de poder se instalam na estruturação da sociedade e dificultam o vigor da reflexão ética, pois significam, de algum modo, a legitimação das iniquidades* ¹³.

As circunstâncias adversas de suas vidas, somadas à discriminação e preconceito, os tornam alvo fácil, que os faz suscetíveis a atos de violência. Consoante às estatísticas ¹⁴ de mortalidade por sexo e faixa etária, que apontam que os homens, negros e jovens, estão mais propensos a episódios de violência e morte prematura, grande parte dos entrevistados relatou ter perdido filhos adultos, vitimados por assassinatos: “*Chegou duas horas da ma-*

nhã, ele estava dormindo. Abriu a porta, doidão de droga, pegou deu um tiro. Sempre meus filhos morrem com só um tiro no peito, no peito esquerdo dele” (Entrevistado 3); *“Nove, eram nove, mas Deus levou dois”* (Entrevistado 7).

Não bastassem tais circunstâncias discriminatórias que enfrentam no cotidiano, os próprios poderes públicos, ciosos dos direitos dos cidadãos que residem nas habitações formais e pagam impostos, incitam a intolerância contra eles, estimulando a população a denunciar invasões como forma de assegurar o patrimônio público, tal como no site da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap)¹⁵: “Denuncie os invasores. Ligue 156. A sua denúncia será recebida pela Ouvidoria do GDF e encaminhada à Comissão de Fiscalização e Combate de Invasões. Com a sua ajuda, vamos acabar com as invasões”.

Ainda que tal providência possa ser considerada justa e legítima, especialmente quando se volta aos muitos grileiros de terra que impunemente loteiam áreas nobres do Distrito Federal, faz recrudescer também a hostilidade contra esses ocupantes de terras públicas. Ao contrário dos grandes grileiros de terras no Distrito Federal, a população de rua que vive em acampamentos, sem posses ou armas para se defender, está nesta situação por absoluta falta de opção – e não por escolha.

Um dos entrevistados chegou a descrever uma situação conflituosa com um habi-

tante de moradia formal, na qual fica evidente sua sensação de ter sido desprezado e desrespeitado em função de não ter escolaridade e ser “morador do Cerrado”: *“Aquele de camisa branca [morador do prédio na frente do acampamento] falou que fui eu que tinha tocado fogo ali, sabendo ele que nossa necessidade íntima nós faz sempre ali e algumas coisas que a gente acha, nós guarda ali pra ‘Subsolo’ [Sudesa] não levar. Acha que um cara que precisa do mato vai tocar fogo no mato?! É tipo o barraco... Eu preciso do barraco pra dormir e vou botar fogo nele?! Não existe isso! Do jeito que ele [o mato queimado] tá aí, nada se guarda ali pra poder alguém não ver”. [Os bombeiros e moradores do prédio] nem acreditou que eu morava no Cerrado porque eu conversei tão bem no dia que eu conversei... E chegar pra ele [morador do prédio que o acusou de botar fogo no Cerrado] e dizer: ‘Eu acho que o senhor é mais ignorante, parece que nunca estudou, que nunca teve numa escola pra se formar. Parece que as condições que o senhor tem foi achado no lixo. E se fosse, talvez o senhor num desprezava tanto a gente aqui como despreza’”* (Entrevistado 4).

A população de rua está em situação de vulnerabilidade por não ser aceita pelos demais habitantes da cidade, que os observam com repugnância, preconceito ou, no melhor dos casos, os ignoram. A despreocupação dos habitantes da cidade que pagam impostos quanto à condição de vida da população de rua só intensifica e perpetua a situação de vulneração do grupo. São vulnerados porque, sozinhos, se tornam um grupo sem

voz frente ao poder público e autoridades que podem efetivamente alterar a sua condição de vida.

Vulnerados aos agentes de Estado

Se para os habitantes das moradias formais a situação dessas pessoas inspira medo ou indiferença, para o Estado implicaria o dever de protegê-los. Mas a falta de políticas públicas voltadas para a promoção e proteção da cidadania, especialmente dos mais desfavorecidos socialmente, transmuta a responsabilidade do poder público, que acaba por circunscrever sua ação a retirar as pessoas nessa situação do local que ocupam para colocá-las em outro lugar, longe da vista do cidadão contribuinte: “*É assim, invasão é assim, a gente sai de uma invasão e vai para outra e vai para outra porque não tem lugar pra gente ficar. Cruzeiro, morei no Cruzeiro, atrás da Ceasa, ali na Parmalat...*” (Entrevistado 9).

Quando perguntados sobre outros acampamentos, os entrevistados conversam entre si, lembram quem ainda mora em certos acampamentos, perguntam uns aos outros sobre os parentes e amigos que habitam neles, e contam sobre os *acampamentos* retirados pela fiscalização. A informação da localidade de vários acampamentos foi fornecida pelos próprios entrevistados: “*Minha família todinha veio aqui [em acampamentos]. Tem uma que mora na Vila Planalto (...) tem uma que mora na Vila... Não, duas. Três que mora no Valparaíso e já tem uma que veio em Brasília e assim vai indo*” (Entrevistado 6).

As notícias sobre os acampamentos retirados pelo governo circulam rápido entre eles, de um acampamento para o outro, o que alimenta o medo e os impede até mesmo de sair para trabalhar, como muitos relataram: “*Só que o medo da ‘Subsolo’ chegar e levar tudo... Aqui a gente trabalha com medo, vive com medo. Agora, com medo mesmo, só do governo*” (Entrevistado 4); “*Liguei um tempo passado [para os familiares que deixou na Bahia], mas o contato que eu tinha a ‘Subsolo’ quando vem leva tudo. Quando ela vem a gente tem que pegar esse carrinho e sair em alta velocidade e esconder ele para que ela não veja, porque se ver leva. A reciclagem, já tiveram aqui duas vezes, não levaram porque eu pedi na humildade*” (Entrevistado 4).

O temor de ter os poucos pertences tomados ou destruídos parece justificado, pois, como contam, as vistorias dos fiscais da Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água (Sudesa) não se limitam a desalojá-los, mas também a destituí-los dos parques bens que conseguiram: “*Levam, levam tudo. Essa semana levaram tudo [até o] colchão da minha sogra*” (Entrevistado 9). Essa violência indiscriminada só dificulta ainda mais seu acesso às condições de cidadania, pois não é raro que nessas vistorias sejam confiscados também documentos pessoais, telefones de contatos, fotografias, comida, roupas e até uniformes escolares, aumentando o medo frequente de perder tudo o que têm: “*Mas como que procura emprego se nós aveve sem documento?*” (Entrevistado 6).

Devido às vistorias dos fiscais da Sudesa, a instabilidade na ocupação dos espaços se intensifica, fazendo com que se mudem constantemente, apesar de grande parte dos entrevistados viver no Distrito Federal e entorno há mais de 20 anos. Na verdade, por seus relatos, suas vidas assemelham-se às de tribos nômades fugitivas, que procuram escapar de seus caçadores embrenhando-se no Cerrado: *“Aqui em Brasília eu morei no SIA, morei na 28, no Setor de Embaixadas, morei no Cruzeiro, na invasão do Cruzeiro”* (Entrevistado 9); *“Oh, minha filha... eu morei em vários cantos: Santa Maria, Valparaíso, Recanto das Emas, Brasilinha, São Sebastião...”* (Entrevistado 7). A maioria dos entrevistados relata ter vivido em, no mínimo, três localidades, sendo que muitos já chegaram a morar no dobro dessa quantidade de lugares. Essa constante mudança de moradia dificulta a manutenção das crianças na escola, tornando essas famílias vulneradas intergeracionalmente por falta de acesso à escolaridade e informação.

Como trabalham como recicladores, os mais afortunados têm um carrinho de madeira, parado ao lado das barracas. Usado para o transporte do material coletado, é puxado por eles mesmos, já que com a proibição de circulação de carroças pelo Departamento de Trânsito (Detran) esses veículos têm sido recolhidos: *“Olha, eu, teve um tempo atrás que eu tinha uma carroça, sim. Eu trabalhava bastante com essa carroça, fazia duas viagens durante o dia para não cansar o cavalo, não maltratar ele. Mas o Arruda [ex-governador do Distrito*

Federal] mesmo levantou uma polêmica de tomar carroça e cavalo. Tomaram uma carroça minha e eu passei quase dois meses trabalhando, pagando ela, trabalhava direto para pagar ela... Tomou minha carroça e nunca mais devolveu” (Entrevistado 4).

A frustração decorrente dessa situação, o desprezo e a humilhação dos quais são alvo, percebidos na mágoa e ressentimento em suas falas, acabam sendo remetidas ao governo, que deveria zelar por eles, garantindo seus direitos de cidadania. *“E, se ele [o governo] me desse a permissão de falar sem me botar na cadeia, eu falaria. Falaria porque se você dizer na cara do governo que ele não presta, você é preso. Ele já diz logo: ‘desacauto à autoridade’, mas na verdade não sabe nem ele que nenhum ser humano tá tendo aquela coragem de falar a verdade. Que poucos tem essa coragem. Poucos tem essa coragem de falar a verdade e já muitos não tem”* (Entrevistado 4).

De sua fala se depreende que consideram que o direito de cidadania só deixa de ser mera lei escrita no papel para aqueles que têm recursos financeiros e propriedades. Por isso, em algumas falas se pode perceber que os entrevistados sentem que estar na cidade é um ato de resistência contra a negligência e o descaso governamental: *“Olha, pra falar a verdade, pela vontade do governo eles tiravam a gente e nós sumia para nossa cidade. Vamos dizer assim não vou entrar no cérebro dele porque não tenho esse poder, mas se tivesse tenho certeza que eu entrava. Mas pelo que penso mesmo do*

governo é que no fundo no fundo ele não tá nem aí para o pobre” (Entrevistado 4).

Esse entrevistado revela-se completamente desiludido quanto às políticas públicas e acrescenta: *“Só não é bom aqui... Acho mais difícil é a moradia, só isso aqui que eu reclamo é em termo da moradia, do governo abrir a boca, dizer que ajuda todo mundo, mas na verdade ele mentiu numa parte” (Entrevistado 4).*

Tal desencanto transparece ainda em sua apreciação quanto aos benefícios destinados a distribuir renda: *“Eu já me inscrevi em tantas coisas... Nunca ganhei nada. Daquele lado eles chegam aqui e diz: Ei, me dá seu nome, por favor? Aí eu digo: Pra quê vocês querem meu nome? Aí eles dizem: Rapaz, é para realmente o governo fazer algum benefício para você. Eu digo: Rapaz, ó... o governo já tem meu nome várias vezes e eu não ligo. Eu creio que ele nunca pegou um papel que vocês leva pra ler. E se ele nunca pegou pra ler porque vocês todas vezes chegam pedindo meu nome? Em Sobradinho eu dei nome, em Taguatinga eu dei nome... aqui eu dei nome. E não foi só uma vez, nem duas e nem três. Nunca adiantou” (Entrevistado 4).*

Como para quem não tem acesso à informação governo é uma entidade abstrata, acabam identificando no governador a fonte de todos os males que experimentam: *“O Arruda pegou o cargo do governo, ele proibiu das pessoas de ajudar porque ele acha que muitas das pessoas que mora no barraco assim, só mora no barraco, assim, porque preci-*

sa de mantimento... Vamos dizer roupa que as pessoas passavam e davam... Mais não muitos... Eu concordo que muitos só fazem o barraco no local para conseguir as coisas. Só que a gente é diferente” (Entrevistado 4).

Apesar de todos esses percalços os entrevistados ainda revelam um traço de otimismo, mesmo que imerso, quase afogado, em um mar de desesperança, desespero, desalento: *“Eu gostei daqui, não tenho o que reclamar de Brasília não. Só reclamo mesmo do governo. Do governo eu reclamo porque ele não é totalmente humano não” (Entrevistado 4).*

Pereira ¹⁶, em estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília, conclui que de fato nunca existiu prioridade por parte do Estado brasileiro em acabar ou diminuir os problemas relacionados à pobreza. Tal assertiva é constatada a partir do fato de que *os aspectos mais gritantes da pobreza nacional* ainda persistem, mesmo o Brasil não sendo um país pobre. Ainda sobre a pobreza e todas as mazelas a ela relacionadas, tal como a existência de número cada vez maior de pessoas que vivem nas ruas, a mesma autora afirma: *(...) por ser o extremo inaceitável da desigualdade, a pobreza não pode ser encarada apenas como uma preocupação de acadêmicos e políticos, mas como uma responsabilidade moral, que nenhum governo deveria se furtar* ¹⁷.

A vulnerabilidade se materializa nas condições de vida desse grupo por não ser assistido por políticas públicas sérias, que busquem alterar sua situação de vulneração

ao invés de a mascarar e intensificar ainda mais. A respeito, Kottow argumenta: *Cuando el discurso social o ético habla de individuos o colectivos vulnerables, está soslayando que se trata de seres ya dañados y que requieren, por tanto, cuidados especiales en vista del desmedro específico en que están sumidos* ¹⁸.

Vulneração no trabalho e na identidade

Aspecto que chama a atenção é que todos se caracterizam como *recicladores*. Chamar-se a si mesmos de recicladores não é apenas definir o nome da própria atividade de trabalho, mas, principalmente, é definir-se enquanto pessoas na sociedade, pois no mundo contemporâneo, especialmente nas áreas urbanas, as pessoas são aquilo que fazem. Por isso, a importância da pergunta: *O que você faz?* As pessoas se definem socialmente pela profissão. Assim, ser reciclador é ser alguma coisa: *“Não, emprego mesmo assim nunca tive não. Meu emprego sempre desde que cheguei em Brasília até a data de hoje foi de reciclador. Quando tinha carroça retirava o entulho de muitas pessoas”* (Entrevistado 4). Ser reciclador não é ser desempregado, “vagabundo”, “pedinte”, “indigente”, “mendigo”. Significa que a pessoa está inserida na escala social, mesmo que em baixa posição.

Além do mais, os entrevistados percebem que a identidade de reciclador tem um lado positivo, cada vez mais valorizado socialmente, pois associado à transformação do lixo, do material descartado, tão abundante e problemático na sociedade de consu-

mo: *“Esse lado mesmo de trabalhar para não ficar só no barraco esperando, dá pra ver que se torna isso aqui: que é a reciclagem e serve mais para as pessoas que têm condição porque, queira ou não queira, a reciclagem é válida”* (Entrevistado 4).

Reciclador não é lixeiro, que apenas transporta o dejetos. Não fosse o fato de este último ter emprego fixo, com carteira assinada, estaria abaixo do primeiro na escala social, pois ao menos na dimensão do imaginário o reciclador ajuda a transformar o lixo em coisa útil. No entanto, a identidade positiva dessa função restringe-se à dimensão simbólica, haja vista que na prática quem a desempenha não o faz de modo socialmente reconhecido nem legalizado. Portanto, a conotação social do trabalho que alguém realiza, bem como as condições nas quais são desempenhadas as atividades, interferem na construção da autoimagem e na identidade, uma vez que *la identidad és, como la vida, la integridad y la libertad, la salud y el bien estar, un valor humano trascendental* ¹⁹.

O trecho a seguir reforça a afirmação de que a identidade social (e pessoal) é construída pelo trabalho: *“Mas as pessoas chegam, acusam, fala: ‘Ah, você não vale nada, num sei o que lá...’ Já outros dizem: ‘Não, pelo menos você trabalha, num fica só esperando, esperando’* (Entrevistado 4). Em uma sociedade patrimonial na qual a identidade é fundada sobre a atividade profissional quem não trabalha *não vale nada* (porque não ganha nada), mas se trabalhar, ainda que numa atividade pouco reconhecida e

instável, passa a ser alguém que pode ser respeitado: *“Porque antigamente, quando eu era gente, podia trabalhar, pegar no cabo de chibanca, de foice, roçado de tudo e hoje, não posso, já tô vêia, tenho braço doente, mas se eu me aposentar eu vou embora vêi”* (Entrevistado 7).

As dificuldades enfrentadas não impedem o deslumbramento com as pequenas conquistas, quer relativas ao trabalho ou às poucas posses, que garantem o pão de cada dia: *“Aqui ó, olha meu carrinho, é meu carrinho esse aqui. Sabe quanto eu ganho no máximo em quinze dias?! Trezentos conto, na Bahia ganho cem, cinquenta reais no máximo... [Lá] o custo de vida é difícil”* (Entrevistado 9).

No trecho acima fica nítido um aspecto relacionado à coexistência de dois mundos que coabitam na cidade quase como que em universos paralelos: a polissemia atribuída a algumas palavras, como, por exemplo, a ideia de *custo de vida*. Enquanto para os moradores das habitações formais, os escolarizados e monetarizados, essa expressão representa quanto se gasta para viver ou quanto se tem para consumir, para a população de rua *custo de vida* refere-se ao dispêndio de esforço, à energia e trabalho necessários para conseguir sobreviver. Essas duas perspectivas desvelam distintos olhares (e situação de vida) daqueles que vivem e dos que apenas sobrevivem na sociedade.

Pode-se perceber nas entrevistas a importância da ideia de *conquista*, que com frequência aparece nos discursos: *“É, a gente*

aqui passa uma semana trabalhando para conquistar cinquenta reais, sessenta reais. [Mas] Não chega nem a trezentos conto por mês” (Entrevistado 4). Bastante citada, seja quando se referem à procura de alimentos no lixo, de materiais para reciclar ou de local para o acampamento, o uso dessa palavra denota que suas vidas são constante batalha, já que o sentido da palavra *conquistar* é relacionado ao êxito em conseguir alguma coisa bastante difícil, como ganhar uma guerra. Reforçando essa impressão, um entrevistado colocou: *“Tamo aí guerreando com o mundo, o mundo guerreando com nós”* (Entrevistado 6).

Frente à desigualdade manifesta nas condições de vida dessa parcela da população, especialmente as relativas à identidade e trabalho, e considerando, ainda, que em grande parte tais dificuldades são provocadas pelos próprios agentes públicos que deveriam defendê-la, cabe a reflexão de Nunes: *A vulnerabilidade manifesta uma relação assimétrica entre o fraco e o forte. Neste contexto demanda um compromisso eticamente adequado de que o mais poderoso proteja o mais fraco (...) vulnerabilidade é também imperativo de cuidado e responsabilidade e, neste sentido, a base da moralidade* ²⁰.

Vulnerados por não se perceberem vulnerados

Quando indagados acerca dos motivos de terem se estabelecido nesses *acampamentos* de plástico em terras públicas, percebe-se que sempre acham razões para culpabilizar a si mesmos. Migraram para a cidade, que tem

tudo; portanto, o não acesso aos serviços e a melhores condições de vida é atribuído, unicamente, a si mesmos: são eles que fracassaram. Corroboram esse sentimento de culpa o fato de serem marginalizados tanto pelos outros habitantes da cidade como pelos representantes do poder público – que os evitam, têm medo ou simulam indiferença. Ante tais respostas é normal pensarem que a culpa por essa situação apenas a eles pertence.

Esse sentimento é exemplificado pelo trecho a seguir, da fala de um entrevistado ao responder se a qualidade de vida proporcionada pela urbanização e infraestruturas a ela associadas era fornecida a todos os habitantes das cidades: “*Dá! Dá pra todo mundo. Mas tem muita gente que não quer, mas que dá, dá. Mas tem gente que não aproveita. Mas tem gente que fica preferindo ficar bebendo pinga do que tá trabalhando... Porque aqui em Brasília tem muita gente que ajuda na educação, em tudo, mas tem gente que não quer e fica na gandaia*” (Entrevistado 6).

Apesar das evidências, alimentam a certeza de que seu esforço individual será sempre recompensado e que se, de fato, trabalharem muito terão futuro promissor: “*Eu mesmo agora, quem diria que alguém pelo menos parasse o carro e dissesse: ‘Ói, tem um quintal lá em casa para capinar. Vamos lá capinar?’ Eu iria. ‘Tem um caminhão ali para descarregar’, eu iria. É mesmo sem ter condição de carregar tanto peso, como eu, que tenho uma cirurgia aqui que é do pé da barriga ao estômago*” (Entrevistado 4). Essa crença no

esforço pessoal como única condição para a superação das adversidades sociais parece ser amparada pelo simples fato de a pessoa poder trabalhar: “*A vida é um pouco difícil, mas não me obriga aí, a eu virar praticamente um bandido*” (Entrevistado 4).

Anjos explica que a vulnerabilidade é dissimulada e muitas vezes substituída por uma autonomia fictícia e que essa ilusão da autonomia esbarra com a formação de uma consciência crítica. Ainda tratando da relação entre autonomia e vulnerabilidade, estabelece: *A ocultação da vulnerabilidade é igualmente perversa na ocultação de suas causas sociais. De fato, a vulnerabilidade se expressa em feridos, isto é, em vítimas e, por isto mesmo, se pode transformar muito rapidamente em acusação das injustiças no uso do poder. A tentativa de ocultar as causas da vulnerabilidade leva a fazer da autonomia um discurso de responsabilização das vítimas por suas próprias feridas. Em escala política, vemos este discurso da autonomia entregar grupos sociais e nações inteiras às suas próprias condições de pobreza e sendo responsabilizados por ela* ²¹.

Esta perspectiva apontada por Anjos desponta nos discursos marcados por noções de autonomia e liberdade. Ter meios para garantir o próprio sustento (ainda que de forma precária) se materializa no carrinho de reciclagem, que se torna símbolo de autonomia. Para aqueles que também têm outras atividades, o fato de não ter patrão e não prestar contas a ninguém, mesmo que isso implique em insegurança e ausên-

cia de direitos trabalhistas, reflete liberdade. A afirmação a seguir aponta para a importância que conferem a esses valores, ainda que essas noções de autonomia e liberdade sejam, em parte, fictícias e que a efetivação dessas experiências esteja longe de ser alcançada: “*Aqui eu não trabalho pra ninguém não! Trabalho por minha conta, sou pescador. Lá eu pescava, mas não dava para ganhar o dinheiro que ganho aqui não*” (Entrevistado 12).

O mesmo autor ¹ discorre sobre a importância da bioética desenvolvida nos parâmetros latino-americanos para entendimento das vulnerabilidades sociais e *suas causas mais profundas* e, conseqüente, para a construção de uma autonomia consistente. A falta de noção da dimensão de sua vulnerabilidade entre os entrevistados torna-os ainda mais vulnerados, pois se aprisionam na ideia fictícia de que sozinhos serão capazes de se libertar dessa situação de vulneração, o que nem sempre é verdade. Contribuindo com essa ideia: *O reconhecimento da própria vulnerabilidade é ponto de partida para uma construção maior. Possibilita o encontro construtivo com o outro e os passos de superação das próprias fragilidades* ¹.

Considerações finais

O presente trabalho demonstra que a população de rua está exposta a circunstâncias concretas de vulnerabilidade. Tal entendimento parte da premissa de que vulnerabilidade é potencialidade; uma situação abstrata que pode ou não vir a ser

consolidada ⁷. Os relatos tornam nítido, entretanto, que esta população, *além da genérica condição de vulnerabilidade, apresenta características específicas de ‘vulneração’* ⁷. Não é, portanto, *vulnerabilidade* o conceito que melhor se ajusta com a situação de risco factual vivido pelo grupo estudado. Isto demonstra a importância do conceito de *vulneração*, que parece o mais indicado para identificar a situação em tela, contribuindo, inclusive, para estabelecer as prioridades para resolvê-la em termos de políticas públicas.

O conceito de vulneração refere-se às situações concretas de vulnerabilidade, sendo por isso o termo pertinente para qualificar a situação existencial do grupo em questão, tendo em vista os resultados da pesquisa de campo que demonstram que a vulnerabilidade nesse grupo é fato e não mera possibilidade. Como demonstrado, a população de rua é vulnerada por estar concretamente mais sujeita à dor, fome, frio, à morte prematura e violenta que as demais pessoas da sociedade, protegidas por possuírem casa, emprego, documentos e identidade social legitimada pelo reconhecimento dos demais. A vulnerabilidade em suas vidas é uma possibilidade, fatalidade e não a certeza diária, como ocorre com a população de rua.

Ao se dizer que a população de rua está em situação de vulneração se invoca a obrigação moral e ética de proteção para esse grupo de pessoas. A vulneração como reconhecimento de vulnerabilidades corporificadas

implica modos específicos no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas. Cada tipo de vulnerabilidade detectada demanda modos particulares de ação. Os en-

trevistados nesta pesquisa estão vulnerados em todas as dimensões de sua existência, sendo, portanto, legítimos destinatários da proteção do Estado.

Artigo produzido com base em pesquisa realizada no segundo semestre de 2009 para trabalho final no curso de bacharelado em Geografia, da Universidade de Brasília (UnB), sob o título: O sonhado e o sofrido: a cidade como catalisador dos sonhos da modernidade.

Resumen

Vulnerabilidad y vulneración: población de las calles, una cuestión ética

Este artículo presenta resultado de investigación cualitativa hecha con habitantes de las calles en el Distrito Federal en Brasil, en 2009, relacionando sus condiciones de vida al concepto de vulnerabilidad y vulneración, tal como concebido por la bioética. Describe aspectos de lo cotidiano de ese grupo, listando factores condicionantes de la vulnerabilidad relacionados a la precariedad de su existencia, como el hambre, la ausencia de vivienda e infraestructura, la dificultad para obtener documentos, además de la acentuada susceptibilidad a la violencia por parte de los agentes del estado, así como por parte de la población en general. Concluye que la exposición constante a tales factores torna este grupo no sólo vulnerable, sino, de hecho, vulnerado, reafirmando la pertinencia de este concepto e incitando medidas protectoras por parte de las instituciones públicas.

Palabras-clave: Vulnerabilidad. Geografía. Bioética. Protección. Políticas públicas.

Abstract

Vulnerability and vulneration: street population, an ethical issue

This article presents results of qualitative research done with street dwellers in the Federal District in Brazil, in 2009, linking their life conditions to the concept of vulnerability and vulneration, as conceived by bioethics. It describes aspects of this group's daily life, listing vulnerability's conditioning factors related to the precariousness of their existence such as hunger, lack of housing and infrastructure, difficulty in obtaining documents, in addition to accentuated susceptibility to violence by State agents, as well as by the population at large. It Concludes that constant exposure to such factors not only makes this group vulnerable, but, in fact, vulnerated, reaffirming the relevance of this concept and encouraging public institutions' protective measures.

Key words: Vulnerability. Geography. Bioethics. Protection. Public policies

Referências

1. Anjos MF. A vulnerabilidade como parceira da autonomia. *Rev. Bras Bio.* 2006;2(2):184.
2. Kottow M. Bien estar, dolor y sufrimiento. In: Tealdi JC, director. *Diccionario latinoamericano de bioética.* Bogotá: Unesco/Red Latinoamericana y Del Caribe de Bioética/Universidad Nacional de Colômbia; 2008. p. 57.
3. Unesco. *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos.* Brasília: Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília/Sociedade Brasileira de Bioética; 2005. p.7, art. 8.
4. Neves MCP. Sentidos da vulnerabilidade: característica, condição, princípio. *Rev Bras Bioet.* 2006;2(2):159.
5. Neves MCP. *Op. cit.* p. 167.
6. Schramm FR. A saúde é um direito ou um dever? Autocrítica da saúde pública. *Rev Bras Bioet.* 2006;2(2):187-200.
7. Schramm FR. *Op. cit.* p. 191.
8. Kottow M. Vulnerabilidad y proteccion. In: Tealdi JC, director. *Diccionario latinoamericano de bioética.* Bogotá: Unesco/Red Latinoamericana y Del Caribe de Bioética/Universidad Nacional de Colômbia; 2008. p. 340.
9. Schramm FR. *Op. cit.* p. 192.
10. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.* Brasília: MDS; 2009.
11. Bourges H. Nutrición. In: Tealdi JC, director. *Diccionario latinoamericano de bioética.* Bogotá: Unesco/Red Latinoamericana y Del Caribe de Bioética/Universidad Nacional de Colômbia; 2008. p. 309.

12. Frémont A. A região, espaço vivido. Coimbra: Livraria Almedina; 1980. p.130.
13. Anjos MF. Op. cit. p. 176.
14. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retratos das desigualdades de gênero e raça. 3ª ed. Brasília: Ipea; 2008. p.3.
15. Distrito Federal. Terracap. Disque 156 para combater invasões [internet]. Brasília: Terracap; [acesso 20 set 2009]. Disponível: <http://www.terracap.df.gov.br/terracapweb/formularios/denunciainvasao.php>.
16. Pereira CP. Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília [dissertação]. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social; 2008. p.117.
17. Pereira CP. Op. cit. p.120.
18. Kottow M. Op. cit. p. 341.
19. Tealdi JC. Identidad. In: Tealdi JC, director. Diccionario latinoamericano de bioética. Bogotá: Unesco/Red Latinoamericana y Del Caribe de Bioética/Universidad Nacional de Colômbia; 2008. p. 316.
20. Nunes L. Usuários dos serviços de saúde e os seus direitos. Rev Bras Bioet. 2006;2(2):215.
21. Anjos MF. Op. cit. p.182.

Recebido: 18.6.11

Aprovado: 27.10.11

Aprovação final: 12.11.11

Contato

Marília Sotero – mariliaserena@unb.br

Rua 1, Casa 7, DFL, Vila Planalto CEP 70803-100. Brasília/DF, Brasil.